

## ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA EM 17 DE JULHO DE 2006, SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO COMITÊ DO MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL EM OURO PRETO

Às dezenove horas do dia dezessete de julho de dois mil e seis, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ouro Preto e sob a presidência do Vereador Wanderley "Kuruzu", realizou-se a audiência pública com a finalidade de se debater a implantação do Comitê do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral em Ouro Preto. Foram registradas as presenças de: Ademilson Aparecido Araújo, vice-presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia de Cachoeira do Campo; Laura Fina, presidente da União Municipal de Estudantes Secundaristas; Maria Aparecida Peixoto, presidente do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais; Admis da Fonseca Benfica, da Associação de Moradores da Lagoa do Gambá; Délcio Antônio das Chagas Pereira, representante da Diretoria do Cefet/Ouro Preto; Maria de Queiroz, da Associação de Moradores do bairro Vila Aparecida; Marcos Alcântara, coordenador do Projeto Vereador Estudante; Mercina Ferreira, tesoureira da Associação de Moradores do Bairro Treze de Maio, bem como a esposa do presidente dessa Associação, Elzi Leocádia Pereira Barbosa; o candidato a Deputado Estadual José Xavier; Temístocles Rosa, do Movimento Hip Hop; Maria das Graças Carvalho, da Associação de Moradores do Bairro Alto da Cruz; Neusa Aparecida de Jesus, tesoureira do Instituto Social Águia de Ouro; Luís Gonzaga, presidente da Associação de Moradores do Bairro São Sebastião; Jessé Albino da Silva, presidente da Associação Habitacional de Ouro Preto. O Presidente comentou que a corrupção eleitoral é um assunto muito importante e que há uma Lei que criminaliza a prática de compra de votos; disse que a Câmara está apenas iniciando as discussões, mas que a idéia é que a própria sociedade civil organize o Comitê; registrou a presença de Marlene Silvestre da Cruz, do grupo de mulheres do bairro Piedade; e do Vereador Leonardo Edson Barbosa. Jessé Albino ressaltou a importância da iniciativa da Câmara na realização da Audiência Pública para criação do Comitê e se colocou à disposição para ajudar na formação do mesmo. Marlene Silvestre ressaltou a importância de que alguém especializado no assunto vá até às comunidades palestrar sobre o assunto e esclarecer dúvidas. O Presidente registrou a presença do Carlos Alberto Nunes, do Movimento Hip Hop. Admis Benfica reforçou as palavras de Marlene. Luiz Gonzaga comentou que o assunto interessa muito aos líderes comunitários e ressaltou a importância da consciência do voto. O Presidente registrou a presença do Vicente Custódio, da Associação Patrimonial de Ouro Preto. Vicente Custódio parabenizou a Câmara pelo trabalho; disse que os brasileiros só resolverão a questão da política brasileira no dia em que tiverem consciência de cidadania, e que isso só ocorrerá quando a educação for prioridade no Brasil; ressaltou que ainda há um grande número de pessoas desinformadas e que a iniciativa de se informar as pessoas poderá ser a saída para o fim da corrupção eleitoral. Maria de Queiroz comentou que já presenciou compra de votos e que está disposta a denunciar se houver compra de votos nessa eleição. Laura Fina parabenizou a Câmara pela iniciativa; disse que espera que o Comitê funcione e considerou importante que se combata a anulação do voto. Marcos Alcântara comentou que muitas pessoas não sabem qual é o papel dos políticos e que estes usam-nas concedendo-lhes bens materiais e, em troca, ganham votos dessas pessoas; considerou que o Comitê será importante para que, aos poucos, tal realidade mude. Aparecida Peixoto parabenizou a Câmara pela iniciativa da criação do Comitê. O Presidente mencionou a presença do candidato a Deputado Estadual, Vereador Flávio Andrade. Carlos Alberto Nunes disse que o político só vai às comunidades pobres na época de eleições para ganhar votos e ressaltou a importância da união dos vereadores. O Presidente registrou a presença de Gabriel Marciano, representante da Vereadora Croymara Batalha. Gabriel Marciano disse que a compra de votos ocorre em todas as eleições e lamentou que a comunidade não denuncie tal prática; comentou que o povo já se acostumou a isso; ressaltou que não são todos os políticos que compram votos e falou sobre a importância da união dos vereadores. Maria das Graças disse que o político deveria ser político por vocação e ideal e não por dinheiro. Marcos Alcântara ressaltou a necessidade de que a população se envolva na política a fim de traçar políticas públicas em conjunto com os políticos e cobrá-las dos mesmos. O Vereador Leonardo Barbosa disse que o Brasil não possui políticas públicas, que para combater a corrupção eleitoral é necessária a iniciativa de cada um de nós e que o povo não tem consciência de voto. Jessé Albino propôs que o Comitê fosse criado no CAC, Centro de

Atendimento ao Cidadão da Câmara Municipal, e que este Comitê pudesse ter acesso à rádio para fazer as divulgações do seu trabalho no Município. Maria Queiroz disse que a Secretaria de Saúde tem a obrigação de dar remédios a quem não tem condições de comprá-los e que a população ouropretana não cobra tal atitude com firmeza, demonstrando o quanto a mesma está desinformada sobre seus direitos. O Comitê de Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral foi formado por: Antônio Rolim, Laura Fina, Luis Gonzaga, Vicente Custódio, José Xavier, Antônio Marcelino, Marlene Silvestre, Marcos Alcântara, Maria das Graças, Gabriel Marciano, Geraldo Santa Rita, Carlos Alberto Nunes e Maria de Queiroz. O Presidente leu um trecho da cartilha e comentou sobre o mesmo. Júlio César Souza Silveira sugeriu que fosse avaliada a possibilidade dos dois candidatos a Deputado Estadual integrarem o Comitê. O Vereador Flávio Andrade sugeriu à Câmara a divulgação dessa legislação eleitoral. O Presidente informou a data da primeira reunião do referido Comitê. Jessé Albino informou que no site "[www.lei9840.org.br](http://www.lei9840.org.br)", há maiores informações sobre leis eleitorais. Gabriel Marciano sugeriu ao Comitê que elabore cartilha de fácil entendimento sobre as principais leis eleitorais. O Presidente colocou a Câmara à disposição para ajudar nos trabalhos do Comitê. Nada mais havendo a tratar, a presente Audiência Pública foi encerrada. Para constar, Wendell Santos Magalhães, agente legislativo II desta Casa, lavrou esta Ata em vinte e nove de maio de dois mil e sete.